

# Produção dos territórios turísticos no Ceará

Production of tourist territories in Ceará

Producción de los territorios turísticos en Ceará

Tiago da Silva Castro Universidade Federal do Ceará tiagocgeo@hotmail.com

Alexandre Queiroz Pereira Universidade Federal do Ceará aqpufc@gmail.com

#### Resumo

Transformações socioespaciais marcaram a zona costeira do Ceará nas últimas duas décadas. Verifica-se planejamento voltado à constituição de base econômica pautada nas práticas marítimas modernas, notadamente o turismo e a vilegiatura. Tais atividades possibilitam a inserção de sistemas técnicos objetivando a ampliação dos fluxos turísticos e modernização nas zonas de praia cearenses. Este artigo compreende os desdobramentos das intervenções públicas e privadas no Litoral Oeste do Ceará, como processo multiescalar capaz de modificar as bases políticas, econômicas, sociais e culturais do território. Para tanto, recorreu-se a referencial teórico sobre o planejamento turístico, os vetores de expansão urbana e as práticas marítimas modernas. Ainda, documentos oficiais permitiram a análise das políticas de turismo, enquanto as entrevistas estruturadas, o acervo fotográfico e cartográfico, possibilitaram a compreensão das dinâmicas socioespaciais nos municípios. Constatou-se que o processo de turistificação da Costa do Sol Poente suscitou não somente o aumento dos fluxos e fixos ligados à atividade turística, mas também novas tipologias ligadas à vilegiatura marítima e a complementaridade entre as duas práticas abordadas.

Palavras-chaves: Turismo; Planejamento; Litoral Oeste do Ceará.

#### Abstract

Socio-spatial transformations have marked the coastal zone of Ceará in the last two decades. There is planning aimed at the constitution of an economic base based on modern maritime practices, notably tourism and the vilegiature. Such activities make possible the insertion of technical systems with the objective of expanding of tourist flows and modernization in the beach areas of Ceará. This article comprehends the unfoldings of the public and private interventions in the West Coast of Ceará, as a multiscale process capable of modify the political, economic, social and cultural

bases of the territory. For this happen, theoretical reference on the tourism planning, the vectors of urban expansion and the modern maritime practices was used. Still, official documents allowed the analysis of the tourism policies, while the structured interviews, the photographic and cartographic collections, made possible the understanding of the socio-spatial dynamics in the municipalities. It was found that the process of "touristification" of the Costa do Sol Poente not only elicit the increase in flows and fixed associated with tourism activity, but also new typologies related to maritime vilegiature and the complementarity between the both mentioned practices. **Keywords:** Tourism; Planning; West Coast of Ceará.

#### Resumen

Transformaciones socioespaciales marcaron la zona costera de Ceará en las últimas dos décadas. Se verifica planificación orientada a la constitución de base económica pautada en las prácticas marítimas modernas, especialmente el turismo y vilegiatura. Tales actividades posibilitan la inserción de sistemas técnicos para la extensión de los flujos turísticos y la modernización en las zonas de playa de Ceará. Este artículo comprende los desdoblamientos de las intervenciones públicas y privadas en el Litoral Oeste de Ceará, como proceso multiescalar capaz de modificar las bases políticas, económicas, sociales y culturales del territorio. Para eso, se recurrió a referencial teórico sobre la planificación turística, los vectores de expansión urbana y las prácticas marítimas modernas. Aún, documentos oficiales permitieron el análisis de las políticas de turismo, mientras que las entrevistas estructuradas, el acervo fotográfico y cartográfico, posibilitaron la comprensión de las dinámicas socios espaciales en los municipios. Se constató que el proceso de "turistificación" de la Costa do Sol Poente suscitó no sólo el aumento de los flujos y fijos vinculados a la actividad turística, sino también nuevas tipologías conectadas a la vilegiatura marítima y la complementariedad entre las dos prácticas abordadas.

Palabras claves: Turismo; Planificación; Litoral Oeste del Ceará.

# Introdução

O litoral do Ceará está entre as três maiores destinações turísticas do Nordeste do Brasil. Essa condição é produto, sobremaneira, de incentivos diretos e indiretos de políticas federais e regionais. Todavia, é necessário compreender os desdobramentos dos investimentos e como os territórios respondem às condições pré-concebidas.

Na complexidade e heterogeneidade dos territórios turistificados, o texto contribui para análise e descrição dos processos transcorridos nos últimos 25 anos no litoral oeste do Ceará. Tal recorte espacial é composto por seis municípios litorâneos a oeste de Fortaleza/CE, com enfoque e detalhamento nos balneários costeiros (Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca)

Contextualmente, as primeiras ações de transformação do litoral cearense iniciam-se na década de 1960, caso da descoberta dos paraísos litorâneos¹ de Jericoacoara e Canoa Quebrada (LIMA; SILVA, 2004). A criação da Empresa Cearense de Turismo S.A. (EMCETUR), segundo Aragão (2006), na década de 1970, demonstra a

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Termo utilizado por diversos autores, pelo *marketing* turístico e pela mídia ligada ao setor, o paraíso turístico referência espaços dotados de características naturais de tal forma preservadas, que lembram as inúmeras reproduções do mito do paraíso perdido, notadamente o Éden cristão, os Elíseos e as Ilhas Afortunadas gregos.

gradual iniciativa de planejar e fomentar à visitação nos destinos cearenses, sobretudo na cidade de Fortaleza.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral (PRODETURIS), de acordo com Benevides e Cruz (1998), torna-se a primeira política estadual voltada à promoção da atividade, estabelecendo bases para regionalização de acordo com possíveis vetores de expansão em regiões menos urbanizadas, caso do litoral a oeste (CASTRO, 2016).

Em meados dos anos 1990 é criado Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). Nos anos 2000, o programa ganhou uma segunda versão. Com isso, buscou-se requalificar as localidades costeiras a oeste de Fortaleza em função da recepção de atividades turísticas. Objetivou-se a atração de fluxos (de pessoas, de capital, de informações e serviços) e fixos (hospedagens, restaurantes e equipamentos de lazer) nas localidades costeiras.

Com a finalização do PRODETUR/NE I e II, outras regiões do Ceará foram contempladas. Desta vez às microrregiões do litoral Leste, cuesta da Ibiapaba e maciço de Baturité. Como parte do planejamento das cidades para a Copa Mundial de Futebol 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC COPA) de 2007 possibilitou outras transformações na cidade de Fortaleza, sobretudo em vias que ligava a zona hoteleira da cidade ao aeroporto e ao estádio de Futebol (Arena Castelão).

Em 2013, o Estado do Ceará desenvolveu política específica para investimentos em infraestrutura viária e turística. O Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste (PROINFTUR) mantém o litoral como espaço prioritário para a alocação de recursos e, desta forma, a planície litorânea, entre municípios de Caucaia e Camocim, foi novamente contemplada. Tais transformações, longe de se restringirem ao arranjo espacial das localidades, antigos vilarejos de pescadores, permitiram o surgimento de diversas relações nas populações tradicionalmente residentes, sobretudo no surgimento de novas categorias sócio-ocupacionais.

Realizou-se revisão bibliográfica que permite compreender a reestruturação do território associada ao planejamento turístico. Como referências, aponta-se Araújo e Santos (2009), Moreira (2004), Becker e Egler (1993) por tratarem das bases econômicas de inserção do turismo, Dantas (2009; 2011), Coriolano (2006), Pereira (2006; 2012) e Castro (2016) no que tange às transformações no litoral do Nordeste.

Ainda, foram analisados os relatórios, memorandos, notícias, dados e anexos das políticas de turismo e estudos gerenciados por diversas instituições: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Turismo (MTUR), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE).

A pesquisa de campo conferiu elementos para análise do processo de redefinição do litoral cearense. A realização de observações *in loco* e a captação de imagens fotográficas possibilitaram a compreensão das dinâmicas e arranjos espaciais

nos municípios pesquisados. A realização de entrevistas semiestruturadas captou as falas dos sujeitos da pesquisa, com destaque para os moradores, os turistas, os vilegiaturistas, os comerciantes e os empreendedores da hotelaria.

Os procedimentos adotados atenderam às recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFC), tendo sido aprovados por parecer favorável. A título de esclarecimento, foram aplicados dez instrumentos de coleta nas principais localidades costeiras de cada município, os quais foram divididos proporcionalmente entre os cinco grupos sociais inclusos na pesquisa, totalizando 60 entrevistas.

Em termos de estruturas do artigo, o tópico avalia a tecnocracia e as metas para constituição do espaço turístico no litoral do Ceará. A descrição e a comparação das componentes são estratégias utilizadas expositivas para o desenvolvimento desta seção. No segundo momento, detalha-se quadro socioespacial, rede de balneários, produzido a fim de recepcionar turistas e articulado a construção de empreendimentos turísticos e imobiliários. Desta forma, busca-se evidenciar mudanças no litoral oeste do Ceará, sobretudo, àquelas relativas aos conflitos, aos arranjos espaciais produzidos e/ou em produção. Por fim, apresentamos as conclusões.

# Características e temporalidades das políticas de turístificação no Ceará

Pode-se afirmar que a inclusão do Ceará na reorganização da base produtiva do território brasileiro se efetiva a partir dos anos de 1960, quando, segundo Moreira (2004), são criados projetos voltados à integração nacional dos governos militares.

O processo de desconcentração industrial confere às capitais das regiões Norte e Nordeste a possibilidade de participar, ainda que de forma dependente, da modernização da economia brasileira. O mote da industrialização como motor de crescimento é fundamental para diversas mudanças ocorridas nas capitais e, posteriormente, nas Regiões Metropolitanas (ARAUJO; SANTOS, 2009). Enquanto isso, a modernização da agropecuária, ressaltada por Elias (2007) possibilita que pequenas e médias cidades sejam incluídas no circuito produtivo nacional, sobretudo a partir de 1970.

Mas entre perímetros irrigados e polos industriais metropolitanos, havia ainda uma extensa parcela do território que não participava da modernização. A zona costeira cearense, composta por inúmeras unidades geoambientais e ambiência única em relação ao restante do estado, desde 1960 passa por processos de apropriação. A vilegiatura autóctone tem importante atuação na dinâmica, posto suscitar, nas palavras de Dantas (2009) a procura cada vez maior pelo mar e o marítimo.

Ainda, vilarejos costeiros, entre 1960 e 1970, mostravam-se como destinos proeminentes para a visitação. Constituíram-se em área de lazer de proximidade em relação ao centro urbano-metropolitano do Estado. Somente em meados da década de 1970 é criada a Empresa Cearense de Turismo S.A (EMCETUR), a qual atua especificamente no processo de divulgação dos destinos. Praias como Canoa Quebrada (Aracati), Jericoacoara (Acaraú), Lagoinha (Paraipaba) e Morro Branco (Beberibe)

passam a figurar entre os primeiros "cartões postais" do Ceará, atraindo visitantes provenientes de Fortaleza, de outros estados e países.

Logo, na década de 1980 são promovidas alterações nas bases econômicas e territoriais do estado. Segundo Pereira Júnior (2012), o empresariado cearense constata inúmeras frentes de investimento, caso da especialização industrial, da agricultura científica e do turismo.

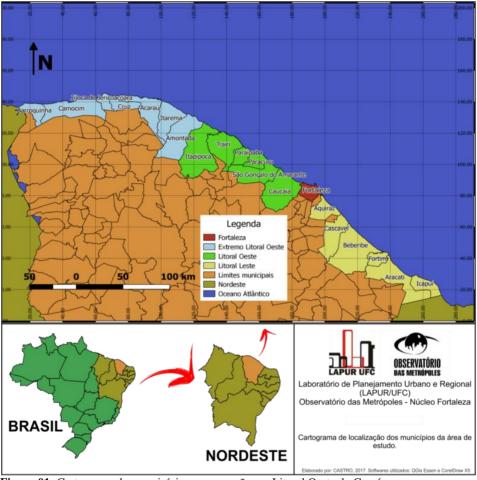
É a partir da PNT, de 1992, que se estabelece o turismo como atividade prioritária para o desenvolvimento dos municípios dotados de potencialidades, sobretudo litorâneas (BRASIL, 1995). Mencionada política vai além da divulgação dos destinos, posto considerar as mudanças estruturais necessárias para a dinamização da economia a partir do turismo. Objetivos foram postulados:

I - Democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; II reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda; III - aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial emissivo em nível internacional; IV - difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento; V - ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais e municipais; VI - estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação; VII - estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

Cabe levantar questões para compreensão dos impactos da PNT no Ceará. O segundo objetivo menciona a redução das disparidades regionais através da geração de emprego e renda no turismo, enquanto o sétimo cita da criação de atrativos e equipamentos para o aumento da permanência nos destinos. Tais metas são decisivas na elaboração de política voltada ao desenvolvimento dos estados nordestinos, o PRODETUR-NE I, a partir de 1994.

No Ceará, os municípios de Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca (figura 01) captam cerca de US\$ 140 milhões em recursos destinados à reforma do terminal aeroportuário, ampliação da malha viária,

obras de saneamento básico, recuperação de patrimônio histórico, proteção e recuperação ambiental (BNB, 2005)<sup>2</sup>.



**Figura 01:** Cartograma dos municípios que compõem o Litoral Oeste do Ceará. Elaboração: CASTRO, T. S.; PEREIRA, A. Q., 2017.

O PRODETUR II, de 2004, amplia o raio de ação até o Extremo Litoral Oeste e cuesta da Ibiapaba (BNB, 2012). Além das componentes existentes na fase anterior do programa, os cerca de US\$ 115 milhões são investidos em gestão de resíduos sólidos, conservação de patrimônio cultural, urbanização de áreas turísticas, operacionalização de

Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 13, n. 2, ago./2019, p. 51 - 72

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Mencionada dinâmica é ressaltada com maior profundidade por autores como Dantas (2010), Pereira (2012), Araujo (2013), Castro (2016).

Centros de Promoção Turística Ambiental (CPTA), reestruturação dos órgãos públicos para gestão do turismo e capacitação profissional do setor público e privado.

A partir de 2007 o planejamento volta-se para regiões que passaram por pouquíssimas iniciativas de planejamento turístico³, como são os casos do Litoral Leste, do Maciço de Baturité e da cuesta da Ibiapaba (MTUR, 2015). A aplicação de US\$ 205 milhões em infraestrutura, *marketing* e capacitação, incluiu o ecoturismo e o turismo de serras como segmentos a serem explorados. O litoral permanece como zona prioritária para os empreendedores e também visitantes.

Em 2012, onze dos treze municípios<sup>4</sup> da Costa do Sol Poente do Ceará, composta pelo Litoral Oeste e a extrema porção deste, são beneficiados com US\$ 160 milhões voltados à infraestruturação turística. De imediato, percebe-se a Costa do Sol Poente como área prioritária na agenda das políticas de turismo no estado.

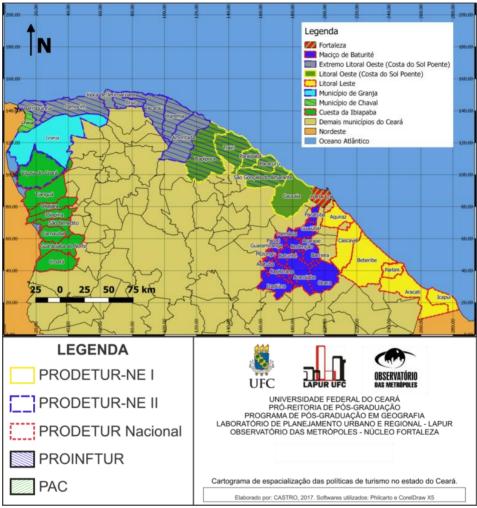
Desta vez, e por iniciativa iminentemente estadual, através de financiamento da Corporação Andina de Fomento (CAF), o Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste (PROINFTUR) é criado. Este tem como meta a criação de atrativos nos municípios da microrregião, como praças, mirantes e outros equipamentos de lazer (SETUR/CE, 2013). Têm-se assim cerca de duas décadas de planos e investimentos no Litoral Oeste do Ceará (figura 02).

Cabe ressaltar que as políticas voltadas à reorganização da base produtiva do território assemelham-se em suas essências, ao alocar infraestrutura, ao utilizar discurso pautado no desenvolvimento socioeconômico e na melhoria da qualidade de vida. A adoção destes discursos, segundo Hall (2001), está ligada a dois métodos específicos de planejamento turístico: o fomento e a constituição do turismo como indústria.

O método de fomento se baseia na relação do desenvolvimento do turismo com a melhoria da qualidade nos destinos e por isso, justifica-se a concessão de incentivos fiscais e investimentos em *marketing* (HALL, 2001). Apesar de citar o envolvimento dos residentes, tal abordagem de planejamento não suscita a participação destes nos processos decisórios. Enquanto o método de turismo como indústria define a possibilidade de criação de empregos e renda, tornando a atividade como necessária.

<sup>4</sup> As exceções são Caucaia e Jijoca de Jericoacoara. A primeira se deve à atual dinamização das localidades de Tabuba e Cumbuco, alvos do imobiliário turístico de alto padrão, enquanto a segunda tem indicação de projeto de maior envergadura por compor a Rota das Emoções, junto ao Delta do Rio Parnaíba e os Lençóis Maranhenses (CASTRO, 2016).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Pouquíssimas, pois enquanto a microrregião da Cuesta da Ibiapaba recebeu, através do PRODETUR II, apenas uma nova via de acesso ao Extremo Litoral Oeste, o Maciço de Baturité recepta recursos do Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR) entre 1992 e 2005.



**Figura 02:** Cartograma de espacialização das políticas de turismo no norte do Ceará. Elaboração: CASTRO, T. S.; PEREIRA, A. Q., 2017.

Desta forma, referido método de planejamento cria a aceitação das futuras mudanças, ao passo que não possibilita participação direta dos moradores na reconfiguração dos espaços turísticos. Em geral, os que se negam a aceitar o modelo são tachados de antidesenvolvimentistas. É notável a lógica especulativa nos discursos sobre os impactos socioeconômicos do planejamento turístico no Ceará. A tabela 01 demonstra a presença dos dois métodos de planejamento nas políticas ora descritas.

Tabela 01: Aplicação de métodos de planejamento turístico no Ceará.

Fomento e indústria do turismo no planejamento turístico cearense						
Ano	Política	Método de Fomento	Indústria do Turismo			
1992	PNT	"Democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo"	"reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda"			
1994	PRODETUR I	"Beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados"	"Gerar oportunidades de emprego; Melhorar os níveis de renda"			
2004	PRODETUR II	"melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos Estados que dele são participantes"	"Importante destacar que o Programa proporcionou externalidades positivas relativas às questões econômicas, com o aumento dos empregos e das rendas pessoais e municipais, mesmo durante a sua execução"			
2007	PRODETUR Nacional	"assegurar o desenvolvimento turístico ambientalmente sustentável e integrado, melhorar a qualidade de vida da população, aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão em áreas de expansão e potencial turístico"	"contribuir para o aumento de emprego e renda gerado pelo setor turismo, mediante a consolidação e a diversificação da oferta turística do Estado do Ceará"			
2007	PAC Copa	"acelerar o ritmo de crescimento da economia"	"aumentar o emprego e a renda e diminuir as desigualdades sociais e regionais"			
2012	PROINFTUR	"Promover e impulsionar uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e turístico na zona de influência dos 12 municípios localizados ao longo do litoral oeste da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará"	"Melhorar a qualidade de vida e os níveis de renda da população e gerar empregos"			

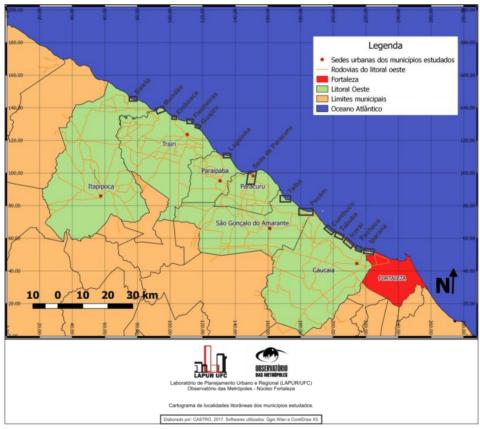
Fonte: BNB, 2005, 2012; MTur, 2015; CEARÁ, 2012; BRASIL, 2015.; Elaboração: CASTRO, T. S.; PEREIRA, A. Q., 2017.

Todas as políticas organizadas, ao referenciar à criação de emprego e renda, os consideram apenas no âmbito da cadeia produtiva do turismo. Assim, atividades que não estejam relacionadas ao turismo perdem protagonismo nas metas de planejamento. Fato tende a possibilitar dependência dos lugares a uma única atividade econômica. Esta dinâmica tem bases essencialmente excludentes, denominada de modernização

conservadora (BECKER E EGLER, 1993). Assim, cabe investigar quais são os desdobramentos marcantes destas políticas e as modificações no Litoral Oeste do Ceará.

## A rede de territórios turísticos na Costa do Sol Poente

A infraestruturação do litoral estabelece bases para investimentos ligados à cadeia produtiva do turismo, a qual compreende todo o conjunto de atividades de comércio e serviços responsáveis por atender empreendimentos e visitantes (CORIOLANO, 2006). Porém, tais mudanças se restringem basicamente aos vilarejos litorâneos dos municípios, fato característico do atual do processo de urbanização litorânea no Ceará, onde, segundo Castro (2016, p. 183) "os imensos vazios populacionais e a figura da porteira junto à estrada de terra ainda predominam na paisagem dos municípios em tela, inclusive junto à CE-085".



**Figura 03:** Cartograma das localidades costeiras no Litoral Oeste do Ceará. Elaboração: CASTRO, T. S; PEREIRA, A. Q., 2017.

Apesar da ampliação da malha rodoviária abranger os seis municípios estudados, o processo de infraestruturação se restringe às 14 localidades litorâneas nestes situadas. Formam-se balneários capazes de receptar os fluxos turísticos e de propiciar serviços e lazeres almejados pelos visitantes.

Há de considerar a inserção de novas variáveis no processo de organização da base produtiva do Litoral Oeste do Ceará. Se o planejamento buscava dinamizar a atividade turística, inserindo as localidades litorâneas no mercado turístico, outros fenômenos desdobram-se. Não se pode negar o impacto de tais mudanças na dinamização turística dos municípios da referida microrregião, aumentando a acessibilidade espacial, o quantitativo de estabelecimentos comerciais/serviços, o número de leitos e de visitantes nas paragens costeiras (figura 03 e tabela 02). Porém, outros aspectos também merecem destaque. É o caso do crescimento dos processos de incorporação imobiliária, ou melhor, a integração entre o imobiliário e o turístico<sup>5</sup> (FREITAS, 2013).

**Tabela 02:** Tabela de estabelecimentos de hospedagem e número de turistas no Litoral Oeste do Ceará.

Municípica	Hospedagens		Turistas		
Municípios	1998	2015	1998	2012	
Caucaia	19	46	147.761	368.546	
São Gonçalo do A.	12	32	26.356	62.745	
Paracuru	14	22	14.796	41.274	
Paraipaba	4	20	20.807	74.744	
Trairi	17	40	_*	35.646	
Itapipoca	7	17	3.237	12.475	

Fonte: IPECE, 2000 – 2013; Elaboração: CASTRO, T. S; PEREIRA, A. Q., 2018. \*não existem dados expressivos para.

A ampliação da atividade turística produzida nos últimos 20 anos nas localidades litorâneas se deu através do crescimento do número de meios de hospedagens, mais que duplicados em cinco do total de municípios estudados. No quantitativo de fluxos turísticos verificam-se taxas de crescimento ainda mais expressivas. Há quadruplicação nos casos de Paraipaba e Itapipoca e crescimento acima de 1000% no caso de Trairi.

As localidades de Cumbuco e Lagoinha apresentam imagem propagada pelo *marketing* desde a década de 1970. Nestes casos, as transformações derivadas dos

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A abordagem deste processo no caso cearense é realizada por Freitas (2013), ao se debruçar sobre a inserção das diferentes tipologias do imobiliário turístico na RMF.

investimentos públicos reforçaram as condições favoráveis ao aumento do fluxo de turistas e, por consequência, também na construção de novos meios de hospedagens (hotéis, pousadas e segundas residências).

Em dinâmica particular, a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no ano de 1995, modifica as bases socioespaciais de localidades como Pecém, Cumbuco e Taiba. O CIPP incrementa a integração metropolitana do município de São Gonçalo do Amarante e estabelece aumento da demanda por hospedagens para trabalhadores da indústria e do porto.

Paracuru se insere no mercado turístico com *status* de única cidade essencialmente litorânea, dotada de importantes equipamentos voltados à hospedagem, gastronomia, agências bancárias, transportes e serviços diversos.

Trairi, com quatro vilarejos litorâneos em diferentes estágios de urbanização, apresenta os balneários de Flecheiras e Guajiru como seus principais territórios turísticos. Estes agregam consideráveis tipologias de hospedagem, de pousadas familiares a *resorts* de bandeiras internacionais, como o uruguaio *Orixás*, o inglês Rede *Beach Resort* e o indiano *Zorah Beach*.

Em Itapipoca, o município menos dinamizado turisticamente da microrregião, possui apenas a localidade de Baleia, a qual mantém pequeno núcleo urbano cercado por campo de dunas. Para além da praia, nos últimos cinco foram criados novos atrativos turísticos, como os passeios ao rio Mundaú e aos "lençóis baleienses", conjunto de lagoas interdunares ao sul da localidade.

Pode-se afirmar assim que o conjunto de hospedagens do Litoral Oeste do Ceará, pelo menos nas últimas duas décadas, esteve em franco processo de ampliação e diversificação, acrescentando às tradicionais pousadas e hotéis, diversas outras tipologias. De acordo com 75% dos empreendimentos entrevistados, atendem, majoritariamente, à turistas brasileiros.

Há investimentos externos ao lugar na composição dos meios de hospedagem. Dos estabelecimentos entrevistados, 40% era de propriedade de investidores estrangeiros e/ou de outros estados. Destaca-se que o cenário de planejamento turístico no Ceará torna-se cada vez mais atrativo a empreendedores estrangeiros (CASTRO, 2016).

Não é de estranhar o fortalecimento do segmento *Gay Friendly*, a multiplicação das pousadas ligadas ao *kite surf*, o crescimento dos *resorts all inclusive*, a existência de hotéis com temáticas asiáticas e voltados ao turismo de charme. O padrão bangalôs ganham relevância frente o modelo suíte *standart* (figura 04).







**Figura 04:** (A) *Resort Zorah Beach*, em Guajiru; (B) Vila Galé Cumbuco; (C) Garlaban Hotel, em Paracuru.

Elaboração: CASTRO, T. S; PEREIRA, A. Q., 2016.

Há significativa quantidade de projetos em fase de implantação, alguns embargados e outros envolvidos em disputas territoriais. Estas situações são possíveis graças ao padrão mercantil-urbano de acesso a terra, predominante desde 1970. Se a existência de terras devolutas facilitou a incorporação, nas últimas décadas outras estratégias são utilizadas pelos proprietários fundiários e incorporadores. Aspectos ilegais de acesso à terra são mencionados pelos entrevistados, sobretudo nos vilarejos litorâneos mais distantes. Atualmente, a compra de terras e imóveis a valores abaixo do preço médio é frequente. O mercado de terras, a partir de 1990, se tornou ainda mais rentável, pois com a elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) a planície litorânea tornou-se área de expansão urbana.

Além disto, os parcelamentos extrapolaram os limites dos vilarejos litorâneos. Há expansão em direção às áreas mais continentais e próximas às principais rodovias. Na comercialização dos lotes, as estratégias de venda dão destaque às vantagens locacionais. Junto à CE-085, nos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba e Trairi multiplicam-se os casos. Já em Paracuru e em Itapipoca os parcelamentos de terra são mais frequentes nas áreas próximas às sedes, no primeiro caso pela ambiência

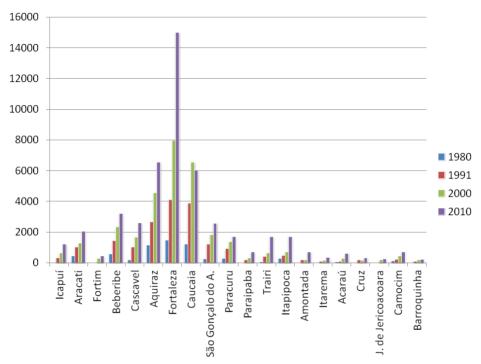
litorânea e proximidade em relação ao CIPP, enquanto Itapipoca verifica crescimento urbano pelo processo de industrialização (figura 05).



**Figura 05**: (A) Loteamento próximo ao Pecém, São Gonçalo do Amarante; (B) loteamento a caminho da Taíba, São Gonçalo do Amarante; (C) loteamento ao sul da sede de Paracuru. Elaboração: CASTRO, T. S; PEREIRA, A. Q., 2017.

Ao verificar o processo de aquisição dos imóveis nos balneários pesquisados, 75% dos vilegiaturistas entrevistados informaram possuir o imóvel há cinco anos ou menos. A informação denota a rotatividade existente no setor, no qual, há constante processo de comercialização de imóveis antigos fato comum à medida que os proprietários buscam vender patrimônio por necessidades econômicas ou para a aquisição de imóveis em outras praias (PEREIRA, 2012).

Desde os anos 1970, a prática marítima de morar ocasionalmente na praia realiza-se. Contudo, a partir dos zoneamentos propostos pelos PDDU, ocorre inserção de novo modelo de apropriação da terra para a prática da vilegiatura marítima. O setor imobiliário interessa-se pela construção de imóveis para a estada sazonal de lazer. O segmento econômico engloba, em seus produtos imobiliários, lazeres. Relaciona-se a atividade turística convencional à possibilidade de habitação temporária (PEREIRA, 2012).



**Figura 06:** Gráfico de evolução espaçotemporal do total de Domicílios de Uso Ocasional (DUO) por município litorâneo cearense.

Fonte: IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010.; Elaboração: CASTRO, T. S; PEREIRA, A. Q., 2018.

A figura 06 fornece reveladoras informações sobre o processo de apropriação do litoral cearense pela vilegiatura e a produção de segundas residências. Entre 1970 e 1980, a RMF é foco de alocação de maior quantitativo de segundas residências, denotando o caráter metropolitano da prática. Também neste período, é justificável a presença de segundas residências nos municípios não-metropolitanos de Beberibe, Aracati e Itapipoca posto sediarem relevantes espaços à beira-mar, associada à relativa proximidade ao centro da metrópole. A partir de 1980, há continuidade do crescimento do quantitativo de DUO no litoral leste e no litoral oeste do Ceará, enquanto os municípios do extremo litoral oeste passam a receptar a primeira onda de DUO, crescendo gradualmente nas décadas seguintes. Ressalta-se ainda elevado crescimento nos municípios da RMF, o que no caso de Caucaia e Aquiraz, representa cerca de 6000 segundas residências.

A recente inserção do imobiliário turístico nos vilarejos costeiros modifica não somente a morfologia urbana, mas também o padrão de consumo de imóveis, produtos e serviços. Neste caso, são comuns aberturas de novas frentes urbanizáveis, mudanças nos

materiais utilizados das unidades habitacionais produzidas e aumento dos valores de produtos e serviços nas localidades.

A produção de segunda residência na praia exige não apenas o imóvel, posto haver necessidade de saneamento, de energia elétrica, de cobertura de telefonia móvel, de segurança pública e de terciário especializado (PEREIRA, 2006). É prudente afirmar ainda que as demandas dos consumidores do imobiliário turístico incluem os serviços básicos e também, complementarmente, redes de comércio varejista, opções gastronômicas, boas condições infraestruturais e paisagísticas das vias de acesso.









**Figura 07:** (A) construção do *VG Sun* Cumbuco, Caucaia; (B) Taíba *Beach Resort*, São Gonçalo do Amarante; (C) obra embargada do Flecheiras *Beach Residence*, Trairi. Fonte: AUTOR, 2016. (D) Loteamento Aldeias da Lagoinha, Paraipaba. Fonte: LUCIANO CAVALCANTE IMÓVEIS, 2015; Elaboração: CASTRO, T. S.

A instalação de empreendimentos gera mudanças nas malhas urbanas dos municípios em questão, notadamente criando novos vetores de expansão urbana ou dinamizando os já existentes. Cita-se os casos: o condo-hotel VG Sun Cumbuco, responsável pela criação, juntamente ao Vila Galé, de área de expansão turística e imobiliária de cerca de dois quilômetros a oeste da localidade; a edificação do condomínio residencial Taíba Beach Resort, catalisador de processo de ocupação no Morro do Chapéu, rumo ao Pécem, que fica a leste de Taíba; o loteamento Aldeias de Lagoinha, que pretende, se constituídas as sete fases direcionadas ao leste, chegar até o

município de Paracuru; o condomínio residencial Flecheiras *Beach Residence* e o condoresort Flexeiras *Eco Residence*, importantes equipamentos na expansão a leste da localidade, a caminho de Guajiru (figura 07).

## Entraves e desafios socioeconômicos nos territórios turísticos

Não há dúvidas de que o turismo oportuniza a criação de postos de trabalho e o aumento da renda. Porém, em função da sazonalidade característica da atividade, há predominância de empregos temporários, o que enfraquece a base econômica dos vilarejos, sobretudo dos trabalhadores (tabela 03).

Tabela 03: Tempo médio de permanência no emprego no setor do turismo no Nordeste.

Tempo médio no emprego por UF nordestina (2012-2013)									
	UF	2012		2013					
Região		< de 12 m	12 a 23 m	24 a 59 m	60 m ou +	< de 12 m	12 a 23 m	24 a 59 m	60 m ou +
	AL	3.948	1.743	2.411	1.481	4.058	1.752	2.607	1.615
	AL	3.948	1.743	2.411	1.461	4.038	1.732	2.007	1.013
Nordeste	BA	20.093	9.368	13.139	8.539	<u>20.648</u>	8.516	12.643	8.689
	CE	<u>9.943</u>	4.448	5.792	2.965	<u>10.577</u>	4.307	5.908	3.147
	MA	<u>4.212</u>	2.033	2.387	1.382	<u>3.975</u>	1.863	2.577	1.478
	PB	<u>2.986</u>	1.392	1.967	1.219	<u>3.268</u>	1.472	2.028	1.327
	PE	<u>14.258</u>	6.052	7.730	5.233	<u>14.496</u>	6.454	8.188	5.374
	PI	<u>2.050</u>	1.099	1.479	1.105	<u>2.184</u>	998	1.547	1.066
	RN	<u>5.974</u>	2.395	3.392	2.112	<u>5.595</u>	2.505	3.503	2.305
	SE	<u>2.663</u>	1.293	1.675	1.077	<u>2.700</u>	1.131	1.689	1.097

Fonte: IPEA, 2015. Elaboração: CASTRO, T. S; PEREIRA, A. Q., 2018.

De acordo com os dados expostos, mais de 40% dos empregados formais do turismo cearense passa menos de um ano nos respectivos postos de trabalho. Ainda, apenas a menor parcela desta mão de obra consegue permanecer por cinco anos ou mais. Isto denota a relevante presença dos contratos temporários e das relações informais de trabalho na atividade turística nordestina. Outro fator que torna vulnerável a base econômica das localidades litorâneas é a baixa media salarial aplicada em toda a região Nordeste (tabela 04).

A região Nordeste possui as mais baixas medias salariais do setor formal de turismo no país. Tal fato se deve, inicialmente, à baixíssima qualificação da mão de obra, além das condições criadas para estabelecimento do exercito de reserva nas localidades costeiras (CASTRO, 2016).

Outra questão a discutir é a sazonalidade nos fluxos e seus impactos nas zonas de praia. A priori, a relação entre o imobiliário e o turístico é anunciada como capaz de contornar tais percalços, pois a venda de unidades habitacionais não obedece,

necessariamente, à atividade turística, como também as demais práticas de lazer e mesmo ao morar permanente nas zonas de praia.

Níveis salariais do setor formal do turismo nas regiões brasileiras (2012-2013)					
Região	2012	2013			
Região Norte	929,71	1.148,20			
Região Nordeste	769,77	975,98			
Região Sudeste	1.451,87	1.582,29			
Região Sul	1.517,13	1.657,72			
Região Centro-Oeste	1.309,28	1.595,93			

Tabela 04: Níveis salariais do setor formal de turismo no Brasil.

Fonte: IPEA, 2015.; Elaboração: CASTRO, T. S; PEREIRA, A. Q., 2018.

Contudo, a crise financeira de 2008 limitou os investimentos programados. Inicialmente voltados ao consumo internacional, notadamente portugueses, espanhóis, italianos e escandinavos, muitas das unidades habitacionais remanescentes foram redirecionadas, através de concessões de crédito imobiliário, às camadas mais abastadas do país (PEREIRA, 2012).

Há que considerar a influência da crise de 2008 e da sazonalidade turística na dinâmica turística na Costa do Sol Poente do Ceará. De acordo com a opinião de cerca de 40% dos entrevistados houve estagnação da atividade ou até redução nos primeiros anos pós-crise.

Assim, houve processos de readequação nos dois setores. Dependentes de dinâmica sazonal, os empreendimentos turísticos buscaram outras fontes de lucratividade nos períodos de baixa estação, enquanto o mercado imobiliário constituiu formas de transpor os períodos de crise através da locação. Segundo 75% dos proprietários de hospedagem entrevistados, a sazonalidade representa questão a ser resolvida pelo planejamento, tornando necessárias estratégias para a superação em curto prazo.

Para garantir taxas de ocupação dos meios de hospedagem, outras atividades econômicas precisam ser lembradas. São os casos da atividade portuária e industrial e seus desdobramentos em Pecém, Tabuba, Cumbuco, Pecém, Taíba e Paracuru. Esta última cidade conta ainda com as demandas derivadas da atividade petrolífera de Xaréu (PETROBRAS).

Nos balneários de Trairi percebe-se relação com a construção e a manutenção dos parque de geração de energia eólica. Se em outros períodos as vacâncias nas hospedagens causavam o fechamento de postos de trabalho, atualmente as reservas são realizadas por empresas buscando alojar funcionários. Metade das hospedagens entrevistadas afirma receber outros públicos além do turístico, como se verifica em relação à mão de obra do CIPP em Cumbuco e Tabuba, do público corporativo da Petrobrás em Paracuru, e dos trabalhadores das eólicas em Flecheiras e Guajiru.

Os exemplos são marcantes para evidenciar que a atividade turística atualmente não sustenta nem a ocupação geral dos meios de hospedagem e, tampouco a absorção do número de pessoas ativas para o trabalho.

Verifica-se que há um processo de refuncionalização no uso das segundas residências e dos empreendimentos de hospedagem nos municípios estudados. Se até início do século XXI tais fixos estavam intimamente ligados às práticas de lazer junto ao litoral, recentemente há busca pela manutenção destes através de estratégias ligadas à reprodução da força de trabalho. O mercado imobiliário tem o processo de locação como possibilidade para investidores e proprietários obterem renda durante os períodos de "baixa estação". Assim, imóveis luxuosos, em Cumbuco, Tabuba, Pecém e Taíba são ocupados por funcionários de indústrias localizadas no CIPP, enquanto segundas residências de considerável capacidade de ocupação são utilizadas por trabalhadores dos parques eólicos de Trairi.

# Considerações finais

A reorganização da base produtiva do litoral cearense se constitui como processo ainda em curso, pautado na infraestruturação voltada à polarização de fluxos de pessoas, informações e capitais, bem como de fixos ligados ao turismo, à vilegiatura e a outras práticas que se reproduzem-se na zona costeira.

A inserção de sistemas técnicos nos municípios litorâneos, sobretudo nos balneários costeiros, suscitou crescente processo de apropriação das zonas de praia. Inicialmente a vilegiatura se espacializa, seguida pelos primeiros fluxos de visitantes a extrapolarem os limites da capital.

A criação e propagação das imagens de balneários como Jericoacoara, Canoa Quebrada, Morro Branco e Lagoinha impulsionam a ideia de existência de vocação turística por parte do litoral. Tal discurso, aliado às ideias desenvolvimentistas, suscita modificações infraestruturais, voltadas à transformação das comunidades pesqueiras em pontos relevantes da rede de balneários turísticos brasileiros.

Porém, verifica-se que referida reestruturação ocasionou outros desdobramentos não esperados. A inserção do imobiliário turístico é o mais relevante destes, proporcionando requalificação nas localidades costeiras, como a inserção de novos serviços, usos e valores junto às comunidades marítimas.

Ainda, mencionada dinâmica suscita, através da incorporação fundiária crescente e consequente criação da escassez, o processo de valoração do solo. Constatam-se assim, na paisagem litorânea da Costa do Sol Poente do Ceará, terrenos cercados e antigas residências de famílias de pecadores fechadas há décadas, em franco processo especulativo.

Assim, a junção entre turismo e imobiliário cria novos usos para a zona costeira, todos ligados ao processo de acumulação. As duas práticas, além de semelhantes, se complementam, produzindo novas espacialidades capazes de unir o lazer

turístico ao morar ocasionalmente. Tais dinâmicas se retroalimentam, multiplicando as tipologias do imobiliário turístico ao longo do litoral, produzindo novos arranjos urbanos nas escalas locais e modificando as relações socioespaciais na zona costeira do Ceará.

Para a organização econômica das populações habitantes nos vilarejos litorâneos, a atividade turística proporciona novos postos de trabalho e redefinição de ocupações laborais. Mas possui como grande entrave a sazonalidade dos fluxos, o que reflete na variação da permanência nos postos de trabalho e o salário médio oferecido.

Assim, as políticas públicas setoriais de turismo devem ser acrescidas de outras ações capazes de reduzir a dependência econômica dos vilarejos em relação às atividade laborais que atendam as demandas turísticas. Exemplo disto é ressaltado em Flecheiras, ao possibilitar que atividades como os cultivos de subsistência, a pesca, a mariscagem, a geração de energia eólica, o turismo e a vilegiatura coexistam na escala local.

Em relação ao tecido urbano, é mister que as municipalidades refinem seus instrumentos de regulação urbana e ambiental afim de coibir processos de segregação socioespacial nos interstícios das localidades, ocasionando a criminalização e desvalorização de determinadas áreas, além de mitigar a degradação ambiental nas áreas consideradas de maior fragilidade ambiental.

#### Referências

ARAÚJO, E. F. Entre o litoral e o urbano: o turismo litorâneo na Região Metropolitana de Fortaleza. In: *Caminhos da Geografia*. Uberlândia: UFU, v. 14, n. 45, p. 64-80, 2013.

ARAÚJO, T. B; SANTOS, V. M. dos. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 177-200.

BECKER, B; EGLER, C. *Brasil*: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BNB. Programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste. Brasília: Memorando, 2005.

BNB. *Relatório de término de projeto (PCR)*: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II). Fortaleza: Relatório, 2012.

BRASIL – MICT (Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo). 1995. *Política Nacional de Turismo 1996-1999*. Brasília: EMBRATUR.

CASTRO, T. da S. *O turismo no litoral de Itapipoca/CE*: a realidade da Praia da Baleia. 2013, 86 f. Monografia – UECE. Curso de Bacharelado em Geografia. Fortaleza, 2013.

CASTRO, T. da S; PEREIRA, A. Q. Políticas de turismo e urbanização no litoral oeste do Ceará: dinâmicas, insucessos e possibilidades. In: *XI Encontro Nacional da ANPEGE*, 2015, Presidente Prudente/SP. Anais da XI ENANPEGE. Presidente Prudente/SP, 2015.

CASTRO, T. da S. *O sol nasce para todos?* Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará. 2016. Dissertação – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CORIOLANO, L. N. M. T. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.* São Paulo: Annablume, 2006.

DANTAS, E. W. C. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (1995 a 2005): PRODETUR-NE, o divisor de águas. In: DANTAS, E; FERREIRA, A; CLEMENTINO, M. do L. (Org.). *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 35-54.

DANTAS, E. W. C. *Mar à vista*: um estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: UFC Edições, 2011.

DANTAS, E. W. C. *Maritimidade nos trópicos*: por uma Geografia do litoral. Fortaleza: UFC Edicões, 2009.

ELIAS, D. de S. A reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, J. B. et al (orgs.). *Ceará*: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, M. N. de F. Empreendimento turísticos imobiliários no litoral metropolitano de Fortaleza. In: PEREIRA, A. et al. *Maritimidade na metrópole*: estudos sobre Fortaleza. Porto Alegre: Deriva, 2013, p. 101-127.

GOMES, P. M. O turismo no Nordeste do Brasil: Avaliação e perspectivas – O caso do PRODETUR. In: LIMA, L. C. (Org.). *Da cidade ao campo*: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

HALL, C. M. *Planejamento turístico*: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001

MARX, K. Contribuição à crítica a economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E. et al (orgs.). *Brasil século XXI*: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Niterói: Max Limonad, 2004, p. 123-152.

PEREIRA, A. Q. *Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará*: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 157 f. Dissertação de Mestrado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2006.

PEREIRA, A. Q. *A urbanização vai à praia*: contribuições da vilegiatura à metropolização no nordeste do país. 2012. 350 f. Tese de Doutorado – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.

PEREIRA, A. Q. *A urbanização vai à praia*: vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do país. Fortaleza: UFC Edições, 2014.

PEREIRA, A. Q; GOMES, I. R. L., imobiliário e infraestrutura urbana do litoral cearense no século XXI. In: *Caminhos de Geografia*. Uberlândia: UFU, v. 19, n. 67, p. 109-125, 2018.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. *Território e economia política*: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PRODETUR. *MINISTÉRIO DO TURISMO*. 2015. Disponível em: <a href="http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html">http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html</a>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

PRODETUR/NE II – Situação Atual. *BNB*. Fortaleza, 2010. Disponível em: <a href="http://200.217.154.7/web/guest/situacao-atual1">http://200.217.154.7/web/guest/situacao-atual1</a>. Acesso em: 02 ago. 2017.

SOJA, E. *Postmodern geographies*: the reassertion of space in critical social theory. London: Verso, 1995.

#### Agradecimentos

Estudo desenvolvido no bojo do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Ceará e a contar com recursos do CNPq na modalidade de Bolsa Produtividade, INCT Observatório das Metrópoles, CAPES PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste; CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; e Programa CAPES/FUNCAP Proc. 88887.165948/2018-00: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC. A pesquisa ainda conta com fomento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), atrayés de bolsas de Mestrado e Doutorado do autor desde 2014.

A estas instituições reiteramos os mais sinceros agradecimentos pelas oportunidades geradas através dos recursos disponibilizados e oportunidades de compartilhar o conhecimento produzido.

# Tiago da Silva Castro

Doutorando e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará.

Bloco 911, Campus do Pici, 900, Cep: 60440-900, Fortaleza - CE.

E-mail: tiagocgeo@hotmail.com

#### Alexandre Queiroz Pereira

Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente é professor adjunto do Deparatamento de Geografia da UFC, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Bloco 911, Campus do Pici, 900, Cep: 60440-900, Fortaleza - CE.

E-mail: aqpufc@gmail.com

Recebido para publicação em novembro de 2018 Aprovado para publicação em fevereiro de 2019